

Estado de Goiás
Prefeitura Municipal de Dianópolis

LEI N° 191, DE 24 DE JUNHO DE 1964.

Aumenta gratificações de funcionários municipais e dá outras previdências.

A Câmara Municipal de Dianópolis, decreta e eu, Prefeito Municipal sancione a seguinte lei:

Art. 1º - A tabela das gratificações que perceberão os funcionários municipais e a partir de dia 1º de julho deste ano e para os que em seguida não constantes, será a seguinte:

1-Secretário da Prefeitura: per mês.....	G\$18.000,00
2-Escrivário Auxiliar: per mês e mais suas comissões sobre a taxa de corteamento fixada em lei anterior, gratificação fixa	G\$16.500,00
3-Penteiro Servente: per mês.....	G\$12.000,00
4-Coletor Municipal: per mês e mais suas comissões reguladas em leis anteriores, gratificação fixa.....	G\$18.000,00
5-Fiscal Municipal: per mês e mais suas comissões reguladas em leis anteriores, gratificação fixa.....	G\$16.500,00

Art. 2º - Os outros funcionários não constantes desta lei, continuarão a receber seus salários ou ordenados, conforme dispositivos de leis anteriores.

Art. 3º - Para cobertura dos créditos suplementares que originam desta lei, inclusive suplementação de verbas destinadas ao pagamento de comissões cabíveis ao Coletor e Fiscal Municipal e ao Escriturário - Auxiliárias, virá de excesso de arrecadação de receitas de exercícios anteriores já constado em balancete.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor no dia 1º de julho de 1964.

Dianópolis, 24 de junho de 1964
Eugenio Alves Bandeira

Prefeito Municipal

LEI N° 192, DE 24 DE JUNHO DE 1964.

Cria créditos suplementares a Serviços Industriais.

A Câmara Municipal de Dianópolis decreta e eu, Prefeito Municipal sancione a seguinte lei:

Art. 1º - Ficam criados os seguintes créditos suplementares à verba Serviços Industriais: à dotação 8.63.2- Para novas instalações, G\$100.000,00; à dotação 8.63.4a) Serviços de conservação da Usina G\$70.000,00; à dotação 8.63.4b) Despesas Eventuais G\$50.000,00.

Art. 2º - O recurso financeiro para cobertura dos créditos suplementares constantes do art. 1º desta lei, virá de excesso da arrecadação de receitas de exercícios anteriores já verificado em balancetes.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Eugenio Alves Bandeira
Prefeito Municipal